

## Reflexões em torno de um paradigma histórico-cultural em Psicologia da Educação

(Reflections on historical and cultural paradigms in Educational  
Psychology)

Karla Paulino Tonus<sup>1</sup>

<sup>1</sup>PG - Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESP – FCL/Araraquara  
karla.psicologia@hotmail.com

**Abstract.** *When leaving of the necessity of reflection on forms of reproduction and appropriation of the contents historically accumulated by the educational psychology, the present paper approaches the question of the dominant paradigm on the apprehension of the constitution human being present on mediation between psychology and education. Had to the implications and unfoldings of this paradigm in the education, such as alienation and subjective, the article emphasizes the necessity and the possibility to insert a historical and cultural paradigm on the boarding of the contents of educational psychology.*

**Keywords.** *Paradigms; Educational Psychology; Constitution Human Being; Reproduction-appropriation.*

**Resumo.** *Ao partir da necessidade de reflexão sobre as formas de objetivação e apropriação dos conteúdos historicamente acumulados pela Psicologia da Educação, o presente artigo aborda a questão do paradigma dominante na compreensão da constituição humana presente nas mediações entre Psicologia e Educação. Devido às implicações e aos desdobramentos deste paradigma na Educação, tais como alienação e subjetivismo, o artigo enfatiza a necessidade e a possibilidade de inserção do paradigma histórico-cultural na abordagem dos conteúdos da Psicologia da Educação.*

**Palavras-chave.** *Paradigmas; Psicologia da Educação; Constituição Humana; Objetivação-apropriação.*

### 1. Introdução

Face à necessidade em abordar a concepção hegemônica de homem no discurso da Psicologia da Educação, explorarei a questão dos paradigmas entendendo-os enquanto modelo de explicação; neste caso, da constituição humana. Buscarei mostrar os desdobramentos do paradigma dominante na Psicologia, especialmente na Psicologia da Educação.

O paradigma histórico-cultural, que se serve do método materialista histórico dialético, enquanto uma das abordagens que oferecem referência na construção da pesquisa e também na compreensão dos fenômenos da realidade objetiva e subjetiva, é o único que se mostra empenhado em desvelar a ideologia liberal e a alienação impostas à condição humana, uma vez que refuta a naturalização da formação do psiquismo e aponta a necessidade de superação das condições sociais atuais para que seja possível a liberdade do homem.

## 2. Sobre os paradigmas

É necessário, antes de comentar sobre o paradigma dominante em Psicologia da Educação, abordar o que é um paradigma, como ele se constitui, a fim situar o leitor para uma melhor compreensão do que está sendo tratado aqui.

A discussão sobre *paradigmas* remete diretamente à obra de Thomas Kuhn “*A estrutura das revoluções científicas*” (1962) na qual este autor analisa a história e a filosofia da ciência normal. Nesta obra, Kuhn refere-se aos paradigmas como sendo:

toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc. partilhados pelos membros de uma comunidade determinada. De outro (lado) denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal. (KUHN, 1962, p. 218)

Deste modo, pode-se tomar um paradigma enquanto um conjunto de perspectivas partilhadas pelos membros de uma comunidade científica, e, ligando à Psicologia, pode-se compreender que esta possui diversos paradigmas, visto que se apóia em elementos diversos e opostos entre si para a elaboração de explicações acerca do fenômeno humano. Considero, portanto, psicanálise, existencialismo, comportamentalismo, Psicologia histórico-cultural enquanto paradigmas em Psicologia, uma vez que abordam o fenômeno humano de maneiras específicas.

Do exposto, conclui-se que diferentes paradigmas convivem numa mesma ciência, o que não exclui a possibilidade, ou até mesmo a necessidade, de haver transição de um paradigma a outro, o que segundo Kuhn (1962, p. 116) ocorre através da “reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como, muito de seus métodos e aplicações”.

Segundo Marcondes (2000) o paradigma liberal, ou subjetivista, entra em cena nas ciências, com o declínio de teorias clássicas e o conseqüente nascimento de uma nova ciência – a ciência Moderna. Segundo o autor: “É, portanto, no indivíduo, em sua natureza sensível e racional, que estes pensadores (os racionalistas e os empiristas) vão buscar os fundamentos para as novas teorias científicas. É com base na razão subjetiva que se constituirá a nova concepção de conhecimento.” (MARCONDES, 2000, p. 19)

Entretanto, a individualidade, tida como base de um novo quadro teórico, acarreta dificuldades ao próprio paradigma subjetivista, pois leva à concepção de que o sujeito se encontra desligado do real. Como uma das tentativas de romper com este paradigma, o materialismo-histórico-dialético traz as críticas de Marx quanto ao conceito tradicional de consciência e conhecimento. Suas proposições defendem as determinações sociais da consciência.

Portanto, o paradigma subjetivista (moderno) começa a entrar em crise já no século XVIII e ainda atualmente, muito se fala em crise de paradigmas nas ciências, crise evidenciada pelos paradoxos e pela ausência de respostas para alguns questionamentos gerados pela própria ciência ou pelos seus desdobramentos sociais. A evidência desta crise, em Psicologia da Educação, expressa-se nas mazelas geradas pelo paradigma subjetivista na compreensão da constituição humana. Sob este paradigma, compreende-se o homem empiricamente enquanto o imediatamente observável e não, em seu vir-a-ser; não como síntese de múltiplas determinações. Marx (1998) na VI Tese sobre Feuerbach anuncia que o indivíduo é o conjunto das relações sociais. Esse pressuposto deve nortear a transmissão dos

conhecimentos historicamente acumulados em Psicologia da Educação pelos motivos que procurarei salientar logo em seguida.

### **3. Psicologia e Educação: em defesa de um paradigma histórico-cultural sobre a formação humana**

Procurarei mostrar aqui como se desenha o paradigma dominante no que se refere à concepção de homem em Psicologia da Educação, apontando suas implicações educacionais e a necessidade de superação dele.

A Psicologia torna-se necessária à Educação quando se inicia o movimento da Escola Nova. Antes disso, no ensino tradicional a concepção de homem era a de que este possuía uma natureza humana corrompida, mas com elementos passíveis de serem aperfeiçoados. O conhecimento era o instrumento de controle, e o professor o modelo de perfeição. A Psicologia não era necessária.

Com o movimento da Escola Nova (que no Brasil durou oficialmente de 1925-1950 e cujos reflexos ainda persistem), a criança passa a ser vista como naturalmente boa; entretanto, passível de ser corrompida. A escola deveria manter na criança suas características positivas como bondade, espontaneidade, pureza... Passou a existir a necessidade de se compreender e assegurar o desenvolvimento infantil, tarefa para a qual a Psicologia foi chamada.

Percebe-se dentre as duas concepções de Educação a mesma visão de homem: este é dotado de uma natureza humana, já nasce pronto. A Psicologia e a Educação tornam-se, segundo Bock (2003, p. 79-103), “*cúmplices*” ao compreender o fenômeno humano como algo dado a despeito de qualquer condição social, ao compreender uma natureza humana a-histórica. Esta cumplicidade refletiu em atitudes de culpabilização do aluno à sua própria condição, ou seja, o fracasso escolar é de responsabilidade do aluno. Desta maneira, as condições sociais e culturais são minimizadas e a Educação é compreendida como fenômeno neutro e isolado do contexto. Ainda segundo a autora

A principal consequência de qualquer situação de cumplicidade é defender os interesses daquele com o qual se é cúmplice. Aqui se dá a mesma situação: os interesses das camadas dominantes ficam garantidos. (...) A Educação é divulgada como processo baseado e produtor de igualdade social.(...) As desigualdades sociais são compreendidas, então, como falta de empenho ou de dedicação à Educação. (BOCK, 2003 p. 87-88)

Ainda atualmente, a Psicologia tem adotado um posicionamento liberal, subjetivista em relação à Educação e os fenômenos psíquicos decorrentes da experiência escolar. O suporte científico, quer sejam as teorias de desenvolvimento ou os testes psicológicos, legitima a individualidade como categoria natural, inerente ao homem de qualquer tempo-espaço.

A concepção de Psicologia da Educação, enquanto ciência capaz de individualizar e resolver problemas, vem sendo, segundo Goulart (2001), historicamente construída pela sua própria atuação. O caminho da Psicologia da Educação no Brasil tem sido marcado pelo seu compromisso com a ideologia burguesa, favorecendo os interesses da classe dominante e a manutenção do sistema de classes, através de teorias e métodos que reforçam o individualismo, o fracasso, a enturmação. Como base científica da Educação no início do século XX, a Psicologia firma-se enquanto ciência enfatizando aspectos particulares dos indivíduos, das famílias e do meio como justificativa para o fracasso escolar.

A Psicologia da Educação enquanto disciplina vem sendo transmitida com o objetivo de preparar os futuros professores a compreenderem o desenvolvimento “normal” da criança e

a estarem alertas quanto ao que pode ser indicativo de “desvios de comportamento”. Considera-se o aluno, enquanto indivíduo empírico, dotado apenas das características imediatamente observáveis, como já pronto. Penso que se assim o fosse, pouco restaria à Educação, que tem como função precípua a formação humana, pois o indivíduo de nossa espécie não nasce homem, torna-se homem no conjunto das relações sociais.

Portanto, a Psicologia, em cumplicidade com a ideologia dominante, sob o paradigma subjetivista, ainda não tem dado conta de contribuir para a verdadeira emancipação humana através da Educação. Por outro lado, Meira (2003) aponta a intervenção crítica da Psicologia na busca de melhorias da prática pedagógica e do processo de ensino e aprendizagem, como se verifica nas produções de Franco (1984), Andaló (1989), Torezan (1991), Montenegro (1993), Meira (1998), Aguiar (2000), Martins (2002), dentre outras.

Os trabalhos acima citados evidenciam a possibilidade de ações mediadas por um paradigma histórico-cultural em Psicologia da Educação, apontando que as transformações necessárias neste âmbito encontram neste paradigma um caminho que leve a Psicologia a compartilhar com a Educação uma proposta que supere as formas de alienação da vida cotidiana e contribuir para a emancipação humana.

#### **4. Por uma teoria crítica em Psicologia da Educação**

Entende-se por teoria crítica aquela que, dentre outros elementos, ao se dedicar às análises da Educação e da escola, compreende a formação humana como fenômeno histórico e socialmente dado e mediado pela Educação, que busca a superação das relações de dominação que são reproduzidas pela escola e que compreende a dialética presente nas mediações entre escola e sociedade.

Para que se utilize uma teoria crítica na construção da práxis educativa, é necessário ter como pressuposto algumas categorias para a compreensão da formação humana segundo essa mesma perspectiva. Essas categorias se relacionam entre si e são apontadas por Duarte (2001) como fundamentais na elaboração de uma teoria da formação do indivíduo segundo um paradigma histórico-cultural. Segundo o autor essas categorias são: “objetivação, apropriação, humanização, alienação, gênero humano e indivíduo para-si”. (Duarte, 2001, p. 22-30). É importante aqui a retomada destas categorias, visto que contribuem significativamente para uma nova visão de homem, tão urgente no âmbito da Psicologia da Educação.

Objetivação-Apropriação: Conforme Marx (apud Duarte, 2001), a objetivação representa o processo de produção, pelos homens, das condições de existência humana e que são apropriados coletivamente. Essas duas categorias se unem dialeticamente gerando novas necessidades que se superam por incorporação, num processo contínuo e histórico.

Humanização: Possível graças ao processo de objetivação-apropriação pode ter caráter alienador ou libertador, conforme as relações de classe. Esse caráter repercute na formação do indivíduo, conforme as relações presentes na atividade de apropriação. Entretanto, a humanização é entendida, segundo algumas abordagens em Psicologia da Educação, como algo inerente ao indivíduo, a-histórica ou fruto de relações diretas de causa e efeito, como foi abordado anteriormente.

Alienação: Pode ser considerada, segundo Markus (1974, p. 99), como a “ruptura entre a essência e existência do homem”, ou seja, entre as conquistas do gênero humano e as possibilidades reais da vida de cada indivíduo. Representa ainda a não apropriação das condições históricas e sociais de dominação e dos múltiplos determinantes da subjetividade.

Gênero Humano: o gênero humano encerra as características humanas não passíveis de transmissão genética, uma vez que são essencialmente sociais e constituídas no processo de

objetivação e apropriação. A humanização implica a apropriação do gênero humano, em se tornar um ser social.

Indivíduo Para-si: A individualidade para-si representa a superação da espontaneidade, ou seja, a superação da individualidade em-si, alienada. Segundo Duarte (2001, p. 29), “a formação do indivíduo para-si é a formação do indivíduo como alguém que faz de sua vida uma relação consciente com o gênero humano”; consciente no sentido de buscar a superação das formas alienadas de apropriação de gênero humano. O trabalho educativo precisa dar conta de superar a alienação presente no cotidiano dos indivíduos e a Psicologia pode contribuir neste sentido à medida que estiver disposta a romper com a visão de homem a-histórico.

Aplicando mais diretamente a análise das elaborações de Duarte (2001), na proposição de uma teoria histórico-cultural da constituição humana, à Psicologia da Educação, percebe-se o quanto à visão liberal da constituição humana perpetua a alienação, na medida em que, ao considerar apenas as condições particulares do indivíduo e a necessidade de adaptação à sociedade alienadora, impede o professor ou o aluno de superar a individualidade em-si e de se apropriar do gênero humano.

Analisar o cotidiano, enquanto categoria, faz-se necessário por conta de suas implicações na práxis pedagógica. Heller (1970) considera que o cotidiano é a esfera da realidade mais propícia à alienação, pois refere-se à reprodução do indivíduo em si, que não mantém uma relação consciente com objetivações tais como ciência, filosofia, moral, arte, política. A vida do indivíduo, quando reduzida à esfera da vida cotidiana, está também reduzida ao reino da necessidade. O conceito de cotidiano está bastante ligado à concepção de dia-a-dia, daquilo que se faz rotineiramente, desconsiderando-se que as atividades de produção intelectual e científica podem acontecer todos os dias na vida de alguns homens, mas não são cotidianas, visto que ascendem à esfera das objetivações genéricas para si, à reprodução da sociedade etc.

Segundo Duarte (2001, p. 38), o desenvolvimento só se dá em sua plenitude, quando o indivíduo se apropria das objetivações genéricas para-si e mantém com sua vida cotidiana uma relação consciente. Aqui entra a importância da Educação escolar enquanto mediadora entre a vida do indivíduo e as objetivações genéricas para-si.

A Educação escolar deve gerar no indivíduo algumas faltas, necessidades de novos conhecimentos, produzir novos carecimentos, os não-cotidianos. Deve favorecer a apropriação das objetivações genéricas para-si, provocando o desenvolvimento da consciência e a superação das formas alienadas de apropriação-objetivação. É neste sentido que penso na Psicologia da Educação, enquanto ciência que pode favorecer a superação da esfera da vida cotidiana ao compreender a humanização sob o paradigma histórico-cultural. A visão de homem constituído histórica e socialmente oferece possibilidades de superação de práticas alienadoras no interior da escola.

## 5. Considerações finais

A individualidade tem sido cultuada nas ciências e no discurso imposto à sociedade, em que a expressão dos sentimentos e dos desejos indica liberdade; em que a valorização do EU é incentivada e apregoada como livre dos determinantes sociais. Conforme Duarte (2004) nossa sociedade capitalista, centrada na mercadoria, produziu o que o autor denomina “*fetichismo da individualidade*”, indicando que a mercadoria dirige a vida pessoal e interpessoal. A individualidade anunciada não é considerada como resultado de um trabalho educativo e auto-educativo; assim, essa concepção é alienadora, na medida em que submete os indivíduos a permanecerem na individualidade em-si.

O paradigma subjetivista traz implicações diversas nas ciências e em seus desdobramentos sociais que indicam a necessidade de sua superação. Em Psicologia da Educação, os efeitos deste paradigma refletem-se em teorias que isolam o indivíduo de seu contexto social, propondo um padrão de normalidade válido universalmente, em modelos biológicos de desenvolvimento e aprendizagem que repercutem em ações que segundo Bock (2003, p. 87) “acusam a própria vítima”.

Saviani (2004) argumenta que as contribuições da Psicologia para a Educação, na forma em que esta tem sido praticada, são neutralizadas, visto que o indivíduo considerado nas abordagens vigentes e nas maneiras de objetivação dessas abordagens é o indivíduo empírico, a-histórico, e isso nada contribui para a formação do indivíduo-para-si. Ao contrário, reforça ainda mais a alienação e a ilusão de uma liberdade inexistente.

Pensando na prática pedagógica enquanto práxis, suas contribuições para a Educação implicariam uma nova compreensão do aluno, agora enquanto indivíduo concreto, histórico, compreensão; esta que repercute no trabalho educativo. É uma das maneiras pelas quais a Psicologia pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, livre das ilusões geradas pelos desdobramentos do paradigma subjetivista. Nota-se que este caminho já tem sido trilhado por aqueles que pensam na constituição humana, conforme os pressupostos de Marx. Todavia, resta ainda, muito que fazer!

## 6. Referências

- BOCK, A. M. B. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. *Psicologia Escolar: teorias críticas*. S. P.: Casa do Psicólogo, 2003.
- DUARTE, N. *Educação escolar, teoria do conhecimento e a escola de Vigotski*. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 55)
- GOULART, I. B. *Psicologia da Educação: fundamentos teórico-práticos, aplicações à teoria pedagógica*. , 8ª. Edição Petrópolis: Vozes, 2001.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- MARKUS, G. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)* , 8ª. Edição. SP: Hucitec, 1991.
- MEIRA, M. E. M. Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da Psicologia sócio-histórica. In: MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2005.